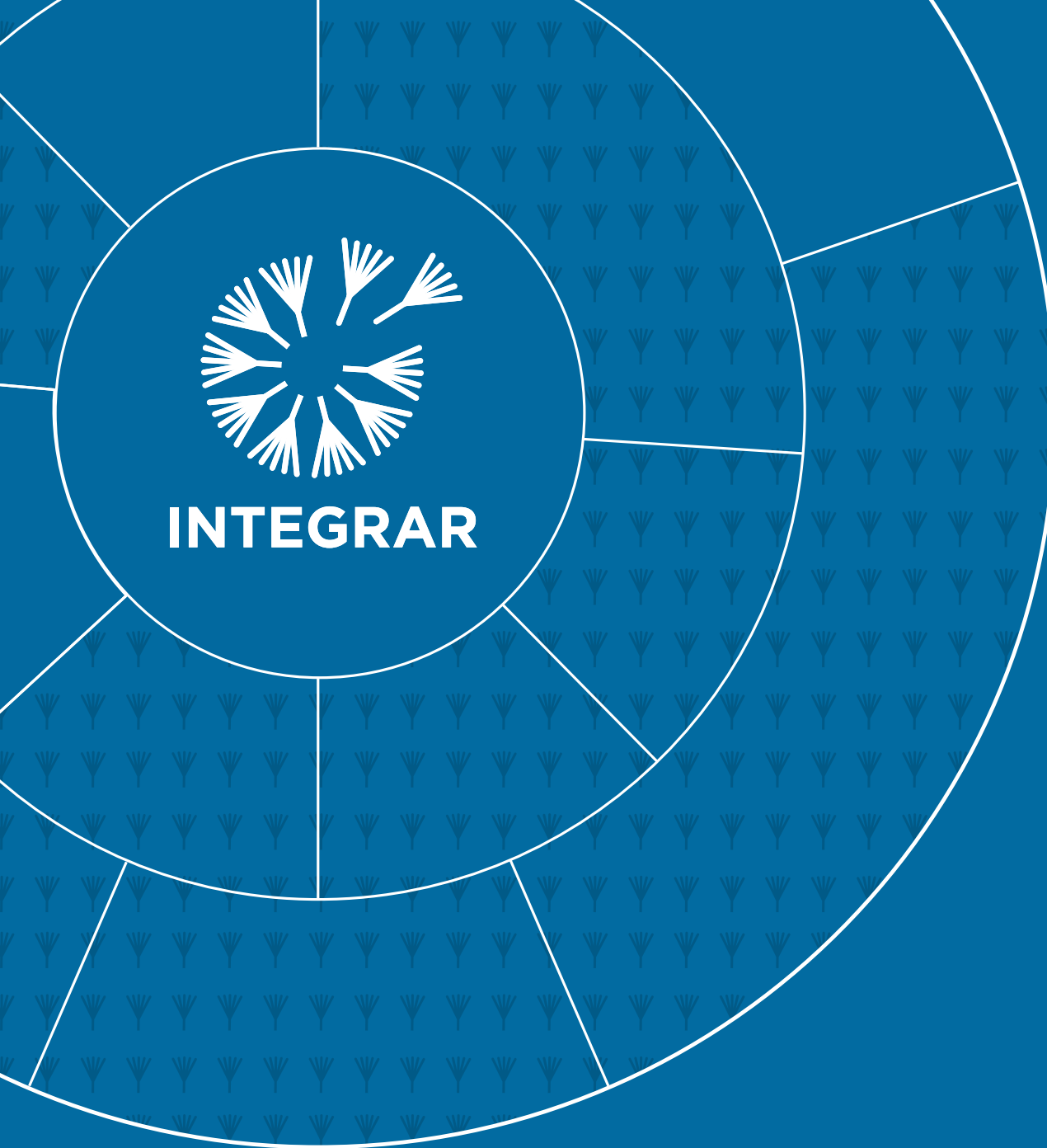




INTEGRAR

Plano anual de trabalho – 2023

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

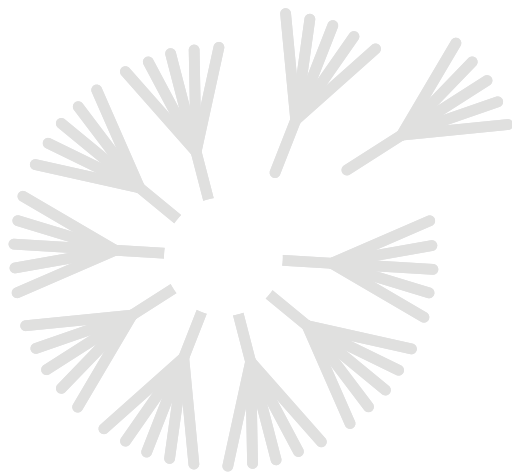
Ministro Bruno Dantas

**ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL**

Conselheiro Cezar Miola

INSTITUTO RUI BARBOSA

Conselheiro Edilberto Pontes



INTEGRAR

Plano anual de trabalho – 2023

Brasília, 2023



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Sumário

1. Introdução	7
2. Processo de elaboração do Plano	8
3. Coleta de insumos para o PAT 2023	10
4. Áreas Prioritárias	12
5. Ações de cooperação	15
6. Discussão e aprovação do PAT 2023	18
7. Plano Anual de Trabalho para 2023	21
7.1 Ações de cooperação, no âmbito da Rede Integrar	21
7.2 Detalhamento da participação dos TCs nas ações aprovadas	25
7.3 Período de execução do PAT 2023	37
7.4 Ações que possuem interface com a Rede Integrar	38
Apêndice A – Relação completa de propostas apresentadas pelos tribunais de contas	39

1. Introdução

A concepção de um plano anual de trabalho para a Rede Integrar surge da necessidade de gerar unidade, além de possibilitar planejamento apropriado em cada Tribunal partícipe, buscando assim adesão crescente das instituições nas iniciativas propostas.

Ao se constituir em plano conjunto, requer o debate e a participação ativa na tomada de decisão sobre prioridades estratégicas para o sistema de controle externo.

Nesse sentido, o Comitê Técnico da Rede Integrar, no uso das atribuições previstas no art. 3º, V, do Regimento Interno, aprovou o Plano Anual de Trabalho para 2023, após reunião técnica havida no dia 16 de novembro de 2022, em modelo híbrido, durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, na cidade do Rio de Janeiro.

2. Processo de elaboração do Plano

A fim de auxiliar a elaboração da proposta de Plano Anual de Trabalho e orientar as discussões e deliberações, o Comitê Técnico criou o Grupo de Assessoramento, conforme previsão do art. 3º, III do Regimento Interno da Rede Integrar.

O grupo foi constituído com a participação voluntária de representantes de cinco organizações, a saber: Augusto César Mattos (TCE-BA), Marcela Pégolo da Silveira (TCESP), Juraci Muniz (IRB/TCE-CE), Léo Richter (ATRICON/TCE-RS) e Renata Carvalho (TCU).

O grupo orientou-se pelas seguintes diretrizes, apontadas no Regimento Interno:

Art. 13. O PAT da Rede Integrar será aprovado na última reunião ordinária do Comitê Técnico, que ocorrerá, preferencialmente, no mesmo período dos eventos anuais realizados pelo IRB e pela ATRICON, podendo ser revisado por deliberação do Comitê Técnico.

Parágrafo único. O PAT levará em conta as diretrizes e áreas dos planos anuais de fiscalização de cada TC participante.

Art. 14. O PAT deverá conter, no mínimo:

- I. as áreas prioritárias e os respectivos grupos temáticos;
- II. as formas de cooperação e os respectivos produtos;
- III. o cronograma das entregas;
- IV. o nível de abrangência das ações programadas (nacional, regional ou local);
- V. os TCs envolvidos em cada ação programada.

De modo a elaborar uma proposta abrangente e representativa, o grupo optou por ouvir os Tribunais de Contas a respeito de suas expectativas. A seção seguinte detalha o resultado desse levantamento.



3. Coleta de insumos para o PAT 2023

Para identificação de áreas prioritárias para atuação pela Rede Integrar, optou-se por consultar os Tribunais de Contas, por meio de questionário eletrônico.

As perguntas visaram a identificar áreas críticas para atividades em 2023, trabalhos já previstos ou em andamento, assim como possibilidades de atuação, considerando as diversas formas de cooperação abrangidas pela Rede.

A análise dos resultados considera a frequência de respostas, bem como a relevância estratégica das ações. São analisadas também as formas de cooperação, ponderando a capacidade operacional dos Tribunais de Contas, de modo a promover a participação efetiva das Cortes.

O formulário eletrônico dos Tribunais de Contas ficou disponível para recebimento de respostas no período de 6 a 21 de setembro de 2022.

Diferentemente do ano anterior, que realizou diagnóstico a respeito da estrutura e do funcionamento dos Tribunais no que tange à fiscalização de políticas públicas, o formulário deste ano concentrou-se em perguntar sobre as áreas consideradas mais

críticas para atuação da Rede em 2023 e quais seriam as propostas de trabalhos a serem desenvolvidos com outros TCs, sejam novos trabalhos ou a continuidade dos que foram iniciados no corrente ano.

Responderam ao questionário 27 Tribunais de Contas: TCDF, TCE-AM, TCE-AP, TCE-BA, TCE-CE, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-MT, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-SC, TCE-SE, TCE-SP, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-RJ, TCM-SP e TCU.



4. Áreas Prioritárias

Para seleção de áreas prioritárias, entende-se necessário considerar as ações já iniciadas em 2022 bem como as áreas indicadas pelos Tribunais que responderam ao questionário.

Quanto às ações iniciadas em 2022, destacam-se as seguintes:

- Educação – Auditoria sobre o acesso ao ensino médio;
- Saúde – Auditoria sobre eficiência hospitalar;
- Meio ambiente – Auditoria sobre semiárido e bioma da caatinga;
- Tributos – Auditoria sobre tributação de bens e serviços.

Todas as sugestões foram agrupadas para criar uma “nuvem de palavras”, em que a frequência de resposta se associa ao tamanho da fonte. Com isso, as palavras de maior tamanho na nuvem são aquelas mais frequentemente mencionadas pelos Tribunais que responderam ao formulário eletrônico.

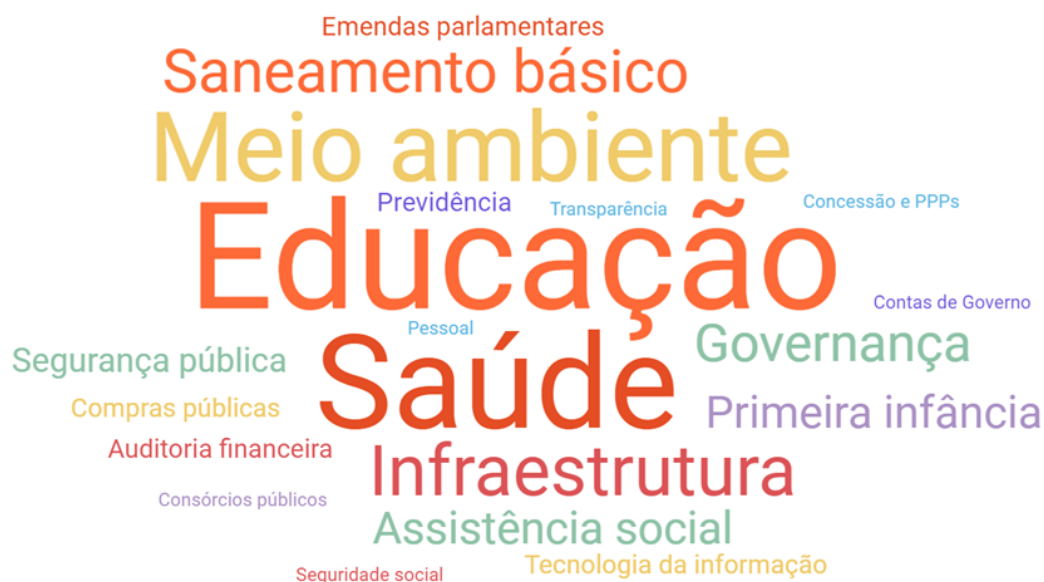


Figura 1: Áreas temáticas em nuvem de palavras.

Fonte: elaboração própria.

Os maiores destaques são as áreas de educação e saúde. Justificativas para a alta frequência passam pela importância social desses temas e da sua forte característica de política pública descentralizada, sem contar com diversos impactos ainda oriundos do período de pandemia da Covid-19.

Observa-se também destaque relevante nas áreas de meio ambiente, saneamento básico e infraestrutura. Entende-se que essas áreas possuem alguma interface entre si, mesmo que ações específicas sejam também de grande importância. A área de meio ambiente foi mencionada de modo associado a temas de preservação ambiental,



combate ao desmatamento ilegal, enquanto o saneamento básico se concentrou no Novo Marco Legal aprovado em 2020. A área de infraestrutura refere-se a menções variadas, como habitação, mobilidade urbana, obras paralisadas e barragens de rejeitos.

Há uma diversidade de áreas com algum destaque, como primeira infância, assistência social, governança e segurança pública. Considerando essa multiplicidade de interesses, surge a possibilidade de se pensar em ações transversais, que abordem, em uma mesma iniciativa, mais de uma área temática.

5. Ações de cooperação

A Rede Integrar comporta variadas formas de cooperação, incluindo desde compartilhamento de dados e informações até a realização de fiscalizações conjuntas. O Plano ora apresentado, assim, busca abarcar as diversas possibilidades de atuação conjunta.

Por meio do formulário eletrônico anteriormente mencionado, a Rede Integrar recebeu dos Tribunais de Contas 67 propostas de cooperação, sendo 30 de fiscalizações, 18 de compartilhamento de dados e de informações, 10 de capacitação e 9 de realização de estudos em grupos temáticos.

Alguns trabalhos em andamento no exercício de 2022 foram citados, com propostas de suas continuidades para o ano seguinte. São eles:

- Sinapse – Sistema Informatizado de Auditoria de Programas Educacionais;
- Eficiência hospitalar – Auditorias Paralelas;
- Painel Eletrônico dos Precatórios do Fundef;
- Levantamento do Índice de Governança da Segurança Pública – IGGSeg.



A multiplicidade de propostas sinaliza o grande interesse de os Tribunais contribuírem para a Rede Integrar.

Por outro lado, sabe-se que a capacidade operacional da grande maioria das instituições pode ser um impeditivo de participação em atividades simultâneas, principalmente se forem auditorias operacionais, onde uma dedicação expressiva é demandada.

O grupo de assessoramento analisou todas as propostas e as agrupou por área temática, distinguindo-as por forma de cooperação pretendida, com proposta de período de execução das ações distribuído ao longo do ano, evitando assim a concentração de iniciativas em um mesmo período.

Para inclusão de cada sugestão na proposta de Plano Anual de Trabalho, foram adotados os seguintes critérios:

- Estar entre as áreas críticas mais mencionadas pelos TCs;
- Haver sugestões similares de mais de um TC;
- Haver detalhamento suficiente da ação proposta;
- Incluir até três ações por área temática, sendo no máximo uma fiscalização; ou
- Não haver sobreposição com iniciativa de outras entidades/ organizações.

Aquelas sugestões que não se enquadraram em algum dos critérios acima estão registradas e constam do Apêndice A, que consolida a relação completa de propostas.

A partir dessas considerações, foi elaborada uma proposta com 30 ações de cooperação, submetida para análise interna por parte dos Tribunais de Contas e deliberação na reunião ordinária do Comitê Técnico da Rede Integrar.

6. Discussão e aprovação do PAT 2023

A reunião ordinária do Comitê Técnico, realizada em 16 de novembro de 2022, por ocasião do VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, no Rio de Janeiro, teve como pauta a deliberação sobre o Plano Anual de Trabalho da Rede Integrar (PAT) para 2023.

Como etapa preparatória, cada Tribunal de Contas foi convidado a analisar previamente a proposta de PAT elaborada pelo grupo de assessoramento, buscando subsídio para a tomada de decisão referente à seguinte pergunta, para cada ação:

- Seu TC tem interesse em participar desta ação?
 - Caso positivo, sua participação se daria na forma de coordenador da ação ou de participante?

As respostas foram coletadas por meio do formulário eletrônico e orientaram a discussão durante a reunião ordinária.

O formulário foi respondido por 30 TCs, sendo que todos optaram por participar de pelo menos 5 ações, com média de 14 ações apontadas por TC. Das 30 ações da proposta, quatorze tiveram indicação de TC para coordená-la.

De modo a viabilizar a tomada de decisão sobre as ações que comporiam o PAT 2023, foram adotados os seguintes critérios:

- Definição de coordenador
- Adesões de no mínimo 5 TCs
- Diversidade de área temática
- Diversidade de forma de cooperação

Durante a reunião do Comitê Técnico, as ações de cooperação foram apresentadas em três grupos: aquelas previamente aprovadas, segundo os critérios acima; ações que atendiam aos critérios, mas estavam pendentes de definição de coordenação; ações previamente rejeitadas, segundo os critérios.

Adicionalmente à reunião ordinária do Comitê, ocorreu reunião extraordinária no dia 15 de dezembro de 2022, para tratar de solicitação de inclusão de uma fiscalização na área da saúde, a respeito do Programa Nacional de Imunizações. A reunião contou com a presença de representantes de 19 tribunais, e foi aprovada por unanimidade.

Com isso, chegou-se à aprovação de 23 iniciativas, conforme descrição no item 7.1, a seguir. Cabe fazer um destaque para a diversidade de áreas temáticas cobertas: compras públicas, controle social, educação, imputação de débito, infraestrutura, meio ambiente,



orçamento e finanças, pessoal, previdência e assistência, saúde, segurança pública e tecnologia da informação. As áreas contemplam iniciativas de capacitação, fiscalização, realização de estudos e compartilhamento de dados e informações, distribuídas ao longo do ano.

No item 7.2, encontra-se o detalhamento dos tribunais de contas que manifestaram interesse em participar de cada ação, assim como o TC que coordenará a iniciativa; no item 7.3, apresenta-se de forma sucinta o período de execução das ações do PAT 2023.

As ações da Rede Integrar, embora diversas e abrangentes, não encerram as atividades de cooperação no controle externo. Outras iniciativas estão previstas para o ano, coordenadas por órgãos e entidades parceiras. Com o intuito de permitir a visualização de todo o espectro de atividades, optou-se por compilar tais iniciativas no item 7.4, uma vez que têm interface com a Rede Integrar.

7. Plano Anual de Trabalho para 2023

7.1 Ações de cooperação, no âmbito da Rede Integrar

Nº	ÁREA	FORMA DE COOPERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1	Compras Públicas	Capacitação	Mapeamento de capacitações existentes sobre a Nova Lei de Licitações e oferta de modo estruturado e coordenado	Nacional	1º e 2º tri
2	Controle social	Grupo de Estudo	Interessados em fomentar a participação cidadã junto aos tribunais, por meio de compartilhamento de experiências e propostas para estruturação interna, além de estudo sobre estratégia para envolvimento do controle social no diagnóstico das áreas e objetos do PAT.	Nacional	2º e 3º tri
3	Educação	Fiscalização	Auditoria operacional coordenada com foco na Implementação do Novo Ensino Médio, verificando as ações do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação estaduais. (continuidade de 2022)	Nacional	1º tri
4	Educação	Grupo de Estudo	Continuidade e evolução da metodologia de seleção de objetos de controle com base em indicadores para políticas públicas multinível na educação, por meio da avaliação da experiência piloto na auditoria do acesso ao ensino médio, verificação da viabilidade de continuidade do uso da metodologia e, em caso positivo, estruturação do processo de trabalho coordenado para o uso da metodologia.	Nacional	3º e 4º tri
5	Educação	Compartilhamento de dados	Continuidade da iniciativa de compartilhamento de dados dos Precatórios do Fundef.	Nacional (estados que receberam complementação da União)	contínuo

Nº	ÁREA	FORMA DE COOPERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
6	Educação	Compartilhamento de dados	Continuidade da ação Sistema informatizado de Auditoria de Programas Educacionais (Sinapse)	Nacional	contínuo
7	Educação	Compartilhamento de informações	Transporte escolar: apresentação de boas práticas por Tribunais que utilizem recursos tecnológicos para essa fiscalização.	Nacional	1º, 2º, 3º tri
8	Educação	Compartilhamento de informações	Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação	Nacional	1º e 2º tri
9	Imputação de débito	Estudo	Regimento sobre a prescrição da pretensão de imputação de débito em âmbito nacional: promover conscientização no sistema de controle externo a respeito do tema e as formas de tratar a matéria diferentemente em cada tribunal, a depender da existência ou não de lei específica.	Nacional	2º e 3º tri
10	Infraestrutura	Fiscalização	Auditoria coordenada em melhoria da gestão da carteira de obras paralisadas. (continuidade 2022)	Nacional	1º tri
11	Infraestrutura	Fiscalização	Área de mineração, sobre segurança de barragens fiscalizar a atuação da Agência Nacional de Mineração voltada ao acompanhamento e à fiscalização da segurança de barragens de rejeitos	Regional (estados que tenham barragens de rejeitos)	2º e 3º tri
12	Infraestrutura	Auditoria coordenada Compartilhamento de informações	A aplicação do Novo Marco do Saneamento Básico: Avaliar as ações de saneamento e a adequação das políticas públicas para com o novo Marco do Saneamento Básico; levantamento dos objetos fiscalizados e compartilhamento de papeis de trabalho; Levantamento das informações relativas às ações desenvolvidas pelos Estados e pela União para melhorar os índices relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, de modo a permitir a elaboração de banco de dados para fins comparativos.	Nacional	2º e 3º tri

Nº	ÁREA	FORMA DE COOPERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
13	Meio ambiente	Estudo	Compartilhamento de boas práticas de fiscalização na temática, com identificação de capacitações disponíveis para os tribunais e possíveis trabalhos cooperativos a serem realizados via Rede Integrar. (continuidade 2022)	Nacional	1º e 2º tri
14	Orçamento e finanças	Compartilhamento de informações	Fiscalização das emendas parlamentares individuais impositivas	Nacional	2º e 3º tri
15	Pessoal	Compartilhamento de dados	Fiscalização contínua de folhas de pagamento. A fiscalização identifica irregularidades a partir da execução de algoritmos que exploram inconsistências como: desrespeito ao teto remuneratório constitucional; acumulação de cargos; auxílios pagos em duplicidade; e pagamentos efetuados a pessoas falecidas. Os órgãos de controle participantes colaboram mediante o envio de bases de dados cadastrais e de folhas de pagamento das organizações públicas sujeitas às suas esferas de atuação. Em contrapartida, o TCU processa esses dados em conjunto com outras bases federais, estaduais e municipais para detectar indícios de irregularidade. Após a realização dos cruzamentos de dados, os indícios de irregularidade são disponibilizados pelo TCU aos órgãos de controle, que possuem autonomia para planejar as ações que julgarem pertinentes para o tratamento dos indícios. Esses órgãos também podem sugerir e contribuir com o desenvolvimento de novas trilhas de auditoria, bem como propor o aperfeiçoamento das existentes.	Nacional	contínuo
16	Pessoal	Compartilhamento de informações	Seminário para compartilhar boas práticas na fiscalização de atos de pessoal, após mapear tribunais que tenham implementado iniciativas que aumentam eficiência e efetividade do trabalho.	Nacional	2º tri

Nº	ÁREA	FORMA DE COOPERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
17	Previdência e Assistência Social	Grupo Temático	Grupo Temático em Regimes Próprios de Previdência Social. Articulação com a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência do Governo Federal; Compartilhamentos de dados previdenciários; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.	Nacional	2º e 3º tri
18	Saúde	Auditoria paralela	Continuidade das auditorias paralelas decorrente do Projeto Eficiência Hospitalar	Nacional	1º, 2º, 3º, 4º tri
19	Saúde	Grupo Temático	Levantamento dos objetos fiscalizados pelos tribunais e identificação de eventuais lacunas e sobreposições; compartilhamento de papéis de trabalho relevantes para a atuação da Rede; proposta de capacitações, por tema. (continuidade 2022)	Nacional	1º e 2º tri
20	Saúde	Grupo Temático	Transferência de Gestão da Saúde: Articulação com o Comitê Técnico de Saúde do IRB; Compartilhamentos de dados relativos a contratos de gestão e OSS; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.	Nacional	2º e 3º tri
21	Saúde	Fiscalização	Fiscalização coordenada para avaliar, no Programa Nacional de Imunizações, a adesão dos estados e municípios aos sistemas de informações relacionados ao referido programa, assim como verificar o estoque e as perdas de vacinas.	Nacional	2º e 3º tri
22	Segurança Pública	Auditoria coordenada	Dar seguimento ao levantamento do índice de governança da segurança pública (IGGSeg), considerando as novas orientações do Acórdão 1730/2022 – TCU-Plenário.	Nacional	2º e 3º tri
23	Tecnologia da Informação	Capacitação	Capacitação aos TCs para avaliarem transformação digital em suas esferas de atuação. Apoio à atuação dos TCs, na forma de consultoria, com orientações e compartilhamento de metodologias, boas práticas e lições aprendidas	Nacional	1º, 2º, 3º, 4º tri

7.2 Detalhamento da participação dos TCs nas ações aprovadas

1. Compras públicas

Capacitação

Nacional

1º e 2º tri

Mapeamento de capacitações existentes sobre a **Nova Lei de Licitações** e oferta de modo estruturado e coordenado

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCDF	TCE-ES	TCE-PI	TCE-SE	TCM-GO
TCE-AL	TCE-MG	TCE-RN	TCE-SP	TCM-PA
TCE-AM	TCE-MS	TCE-RS	TCE-TO	TCU
TCE-AP	TCE-PE	TCE-SC	TCM-BA	

Total: 19 

2. Controle social

Grupo de estudo

Nacional

2º e 3º tri

Fomentar a **participação cidadã junto aos tribunais**, por meio de compartilhamento de experiências e propostas para estruturação interna, além de estudo sobre estratégia para envolvimento do controle social no diagnóstico das áreas e objetos do PAT.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AP	TCE-MS	TCE-RO	TCM-PA
TCE-BA	TCE-PI	TCE-RS	TCM-SP
TCE-ES	TCE-PR	TCE-SE	TCU
TCE-MG	TCE-RN	TCM-GO	

Total: 15 

3. Educação

Fiscalização

Nacional

1º tri

Auditoria coordenada no **acesso ao ensino médio**
(continuidade de 2022).

TCs participantes:				Coordenador(es):	
TCE-AC	TCE-CE	TCE-PB	TCE-RJ	TCU	TCE-RJ
TCE-AL	TCE-MS	TCE-PE	TCE-RO	TCE-AC	TCE-RO
TCE-AP	TCE-MT	TCE-PR	TCE-RS	TCE-BA	
TCE-BA	TCE-PA	TCE-PI	TCU	Total: 16 	

4. Educação

Grupo de estudo

Nacional

3º e 4º tri

Continuidade e evolução da **metodologia de seleção de objetos de controle** com base em indicadores para políticas públicas multinível na educação, por meio da avaliação da experiência piloto na auditoria do acesso ao ensino médio, verificação da viabilidade de continuidade do uso da metodologia e, em caso positivo, estruturação do processo de trabalho coordenado para o uso da metodologia.

TCs participantes:				Coordenador(es):	
TCE-AL	TCE-MS	TCE-RJ	TCM-GO	TCE-CE TCU TCE-RJ	
TCE-AP	TCE-MT	TCE-RO	TCM-RJ		
TCE-BA	TCE-PE	TCE-SC	TCU		
TCE-CE	TCE-PI	TCE-SE			
TCE-MG	TCE-PR	TCM-BA			
				Total: 18 	

5. Educação

Compart.
dados

Nacional
(Complementação da União)

contínuo

Continuidade da iniciativa de compartilhamento de dados dos
Precatórios do Fundef.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AL	TCE-PR	TCE-SP
TCE-MS	TCE-RN	TCM-BA
TCE-PE	TCE-RO	TCM-PA
TCE-PI	TCE-SE	TCU

TCU

Total: 12


6. Educação

Compart. dados

Nacional

contínuo

Continuidade da ação Sistema informatizado de Auditoria de
Programas Educacionais (**Sinapse**)

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AM	TCE-MT	TCE-RN	TCM-GO
TCE-AP	TCE-PA	TCE-RO	TCM-PA
TCE-BA	TCE-PI	TCE-SE	TCM-RJ
TCE-MG	TCE-PR	TCE-SP	TCU
TCE-MS	TCE-RJ	TCM-BA	

TCU

Total: 19


7. Educação

Compart. Inform.

Nacional

1º e 2º tri

Acompanhamento dos **Planos Municipais de Educação**

TCs participantes:				Coordenador(es):
TCE-AL	TCE-MT	TCE-SC	TCM-GO	TCM-GO
TCE-AP	TCE-PI	TCE-SE	TCM-PA	
TCE-ES	TCE-PR	TCE-SP	TCM-RJ	
TCE-MS	TCE-RN	TCM-BA	TCM-SP	
				Total: 16 

8. Educação

Compart. Inform.

Nacional

1º 2º e 3º tri

Transporte escolar: apresentação de boas práticas por Tribunais que utilizem recursos tecnológicos para essa fiscalização.

TCs participantes:				Coordenador(es):
TCE-AL	TCE-MT	TCE-RN	TCM-BA	TCE-PE TCM-BA
TCE-AP	TCE-PE	TCE-SC	TCM-GO	
TCE-ES	TCE-PI	TCE-SE	TCM-PA	
TCE-MS	TCE-PR	TCE-SP	TCU	
				Total: 16 

9. Imputação de débito

Estudo

Nacional

2º e 3º tri

Regramento sobre a **prescrição da pretensão de imputação de débito** em âmbito nacional: promover conscientização no sistema de controle externo a respeito do tema e as formas de tratar a matéria diferentemente em cada tribunal, a depender da existência ou não de lei específica.

TCs participantes:					Coordenador(es):
TCE-AM	TCE-PB	TCE-RN	TCM-BA	TCU	TCU
TCE-BA	TCE-PE	TCE-RO	TCM-GO		
TCE-ES	TCE-PI	TCE-SC	TCM-PA		
TCE-MS	TCE-PR	TCE-SE	TCM-RJ		
TCE-MT	TCE-RJ	TCE-TO	TCM-SP		
					Total: 21 

10. Infraestrutura

Fiscalização

Nacional

1º tri

Auditoria coordenada na melhoria da gestão da carteira de **obras paralisadas** (continuação de 2022).

TCs participantes:				Coordenador(es):
TCE-AL	TCE-ES	TCE-RJ	TCM-PA	TCU
TCE-AM	TCE-MS	TCE-RS	TCM-RJ	
TCE-AP	TCE-MT	TCE-SC	TCM-SP	
TCE-BA	TCE-PA	TCE-TO	TCU	
TCE-CE	TCE-PE	TCM-GO		
				Total: 19 

11. Infraestrutura

Fiscalização

Regional
(barragens de rejeitos)

2º e 3º tri

Área de mineração, sobre **segurança de barragens** | fiscalizar a atuação da Agência Nacional de Mineração voltada ao acompanhamento e à fiscalização da segurança de barragens de rejeitos

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AL

TCE-MG

TCU

TCU

TCE-AM

TCE-PA

Total: 5



12. Infraestrutura

Compart. Inform.

Nacional

2º e 3º tri

A aplicação do **Novo Marco do Saneamento Básico**: Avaliar as ações de saneamento e a adequação das políticas públicas para com o novo Marco do Saneamento Básico; levantamento dos objetos fiscalizados e compartilhamento de papéis de trabalho; Levantamento das informações relativas às ações desenvolvidas pelos Estados e pela União, de modo a permitir a elaboração de banco de dados para fins comparativos.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AL

TCE-GO

TCE-PE

TCE-RO

TCE-AM

TCE-MG

TCE-PI

TCE-SC

TCE-AP

TCE-MS

TCE-PR

TCE-SE

TCE-CE

TCE-MT

TCE-RJ

TCE-TO

TCE-ES

TCE-PA

TCE-RN

TCM-PA

TCM-RJ

TCU

Total: 22



13. Meio Ambiente

Estudo

Nacional

1º e 2º tri

Compartilhamento de boas práticas de fiscalização na temática, com identificação de capacitações disponíveis para os tribunais e possíveis trabalhos cooperativos a serem realizados via Rede Integrar.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AP	TCE-PE	TCM-PA	TCM-SP
TCE-CE	TCE-RO	TCM-RJ	TCU

A definir

Total: 8



14. Orçamento e finanças

Compart. Inform.

Nacional

1º e 2º tri

Fiscalização das **emendas parlamentares individuais impositivas**

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AL	TCE-PR	TCE-SP	TCM-RJ
TCE-ES	TCE-RN	TCE-TO	
TCE-MS	TCE-SC	TCM-GO	
TCE-PI	TCE-SE	TCM-PA	

TCE-PR

Total: 13



15. Pessoal

Compart. Dados

Nacional

Contínuo

Fiscalização contínua de folhas de pagamento. A fiscalização identifica irregularidades a partir da execução de algoritmos que exploram inconsistências nos dados. Após a realização dos cruzamentos de dados, os indícios de irregularidade são disponibilizados pelo TCU aos órgãos de controle, que possuem autonomia para planejar as ações que julgarem pertinentes para o tratamento dos indícios.

TCs participantes:

TCDF	TCE-CE	TCE-PA	TCE-SC	TCM-GO
TCE-AL	TCE-ES	TCE-PE	TCE-SE	TCM-PA
TCE-AM	TCE-MG	TCE-PI	TCE-SP	TCM-SP
TCE-AP	TCE-MS	TCE-PR	TCE-TO	TCU
TCE-BA	TCE-MT	TCE-RN	TCM-BA	

Coordenador(es):

TCU

Total: 24



16. Pessoal

Capacitação

Nacional

1º e 2º tri

Seminário para compartilhar **boas práticas na fiscalização de atos de pessoal**, após mapear tribunais que tenham implementado iniciativas que aumentam eficiência e efetividade do trabalho.

TCs participantes:

TCDF	TCE-MS	TCE-PR	TCE-TO	TCM-SP
TCE-AL	TCE-MT	TCE-RN	TCM-BA	TCU
TCE-AM	TCE-PB	TCE-SC	TCM-GO	
TCE-GO	TCE-PE	TCE-SE	TCM-PA	
TCE-MG	TCE-PI	TCE-SP	TCM-RJ	

Coordenador(es):

TCU

Total: 22



17. Previdência e assistência social

Grupo de estudo

Nacional

2º e 3º tri

Grupo Temático em **Regimes Próprios de Previdência Social**. Articulação com a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência do Governo Federal; Compartilhamentos de dados previdenciários; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCDF	TCE-MG	TCE-PI	TCE-SC	TCM-PA
TCE-AL	TCE-MS	TCE-PR	TCE-SE	TCM-RJ
TCE-AM	TCE-MT	TCE-RJ	TCE-SP	TCM-SP
TCE-CE	TCE-PB	TCE-RN	TCM-BA	
TCE-ES	TCE-PE	TCE-RS	TCM-GO	

TCE-RJ

Total: 23


18. Saúde

Fiscalização

Nacional

1º e 2º tri

Continuidade das auditorias paralelas decorrente do **Projeto Eficiência Hospitalar**

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AL	TCE-MS	TCE-PR	TCE-SC	TCM-SP
TCE-AP	TCE-MT	TCE-RJ	TCE-TO	TCU
TCE-BA	TCE-PB	TCE-RN	TCM-BA	
TCE-CE	TCE-PE	TCE-RO	TCM-PA	
TCE-ES	TCE-PI	TCE-RS	TCM-RJ	

TCU

Total: 22


19. Saúde

Estudo

Nacional

1º e 2º tri

O **grupo temático em saúde** terá como atribuição:

- 1) Levantamento dos objetos fiscalizados pelos tribunais e identificação de eventuais lacunas (incluindo efeitos pós pandemia) e sobreposições;
- 2) Compartilhamento de papéis de trabalho relevantes para a atuação da Rede;
- 3) Proposta de capacitações.

TCs participantes:

TCE-AP	TCE-RN	TCM-PA	TCU
TCE-GO	TCE-RO	TCM-RJ	
TCE-PE	TCE-RS	TCM-SP	

Coordenador(es):

TCE-RN

Total: 10



20. Saúde

Grupo de estudo

Nacional

2º e 3º tri

Transferência de Gestão da Saúde: Articulação com o Comitê Técnico de Saúde do IRB; Compartilhamentos de dados relativos a contratos de gestão e OSS; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.

TCs participantes:

TCDF	TCE-MG	TCE-PI	TCE-SE	TCM-PA
TCE-AL	TCE-MS	TCE-PR	TCE-SP	TCM-RJ
TCE-AM	TCE-MT	TCE-RJ	TCE-TO	TCM-SP
TCE-ES	TCE-PA	TCE-RN	TCM-BA	TCU
TCE-GO	TCE-PE	TCE-SC	TCM-GO	

Coordenador(es):

TCE-ES

Total: 24



21. Saúde

Fiscalização

Nacional

2º e 3º tri

Fiscalização coordenada para avaliar, no **Programa Nacional de Imunizações**, a adesão dos estados e municípios aos sistemas de informações relacionados ao referido programa, assim como verificar o estoque e as perdas de vacinas.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-ES

TCE-PE

TCM-BA

TCE-MA

TCE-PR

TCM-RJ

TCE-MT

TCE-SC

TCU

TCU

Total: 9



22. Segurança pública

Fiscalização

Nacional

2º e 3º tri

Dar seguimento ao levantamento do índice de governança da segurança pública (**IGGSeg**), considerando as novas orientações do Acórdão 1730/2022 – TCU-Plenário.

TCs participantes:

Coordenador(es):

TCE-AM

TCE-CE

TCE-PE

TCU

TCE-AP

TCE-MS

TCE-PI

TCE-BA

TCE-PA

TCE-RJ

TCE-PI

TCE-CE

Total: 10



23. Tecnologia da informação

Capacitação

Nacional

Contínuo

Capacitação aos TCs para avaliarem **transformação digital** em suas esferas de atuação. Apoio à atuação dos TCs, na forma de consultoria, com orientações e compartilhamento de metodologias, boas práticas e lições aprendidas.

TCs participantes:				Coordenador(es):
TCE-AM	TCE-MS	TCE-PR	TCE-SP	TCU
TCE-AP	TCE-MT	TCE-RJ	TCM-BA	
TCE-BA	TCE-PB	TCE-RN	TCM-PA	
TCE-CE	TCE-PE	TCE-RO	TCM-RJ	
TCE-MG	TCE-PI	TCE-SE	TCU	
				Total: 20 

7.3 Período de execução do PAT 2023

Nº	ÁREA	COOPERAÇÃO	AÇÃO	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI
1	Compras públ.	Capacitação	Nova Lei de Licitações				
2	Contr. social	Estudo	Participação cidadã no controle externo				
3	Educação	Fiscalização	Auditoria coordenada no acesso ao ensino médio (cont. 2022)				
4	Educação	Estudo	Metodologia de seleção com base em indicadores				
5	Educação	Dados	Dados dos Precatórios do Fundef				
6	Educação	Dados	Sinapse – Sist. Inform. de Auditoria de Programas Educacionais				
7	Educação	Inform.	Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação				
8	Educação	Inform.	Transporte escolar: recursos tecnológicos para fiscalização				
9	Imput. de débito	Estudo	Regramento sobre prescrição da pretensão punitiva				
10	Infraestrutura	Fiscalização	Auditoria coordenada sobre obras paralisadas (cont. 2022)				
11	Infraestrutura	Fiscalização	Mineração: segurança de barragens de rejeitos.				
12	Infraestrutura	Inform.	Novo Marco do Saneamento Básico				
13	Meio ambiente	Estudo	Grupo temático para capacitação e compartilhamento				
14	Orç. e finanças	Inform.	Fiscalização das emendas parlamentares individuais impositivas				
15	Pessoal	Dados	Fiscalização contínua de folhas de pagamento				
16	Pessoal	Inform.	Seminário boas práticas na fiscalização de atos de pessoal				
17	Prev. e Assist.	Estudo	GT em Regimes Próprios de Previdência Social				
18	Saúde	Fiscalização	Projeto Eficiência Hospitalar (cont. 2022)				
19	Saúde	Estudo	Grupo temático para capacitação e compartilhamento				
20	Saúde	Estudo	Transferência de Gestão da Saúde				
21	Saúde	Fiscalização	Programa Nacional de Imunizações (PNI)				
22	Seg. Pública	Fiscalização	Índice de governança da segurança pública (IGGSeg)				
23	TI	Capacitação	Avaliação de transformação digital				

7.4 Ações que possuem interface com a Rede Integrar

ENTIDADE	AÇÕES
Atricon	- Rede Infocontas - Tipologias em inteligência para o controle externo no âmbito da Matriz de Risco de Fornecedores - Projeto Sede de Aprender, em parceria com o MP/AL e com o IRB: quantidade de escolas sem água potável ou com água imprópria para consumo. - Agenda 2030 da ONU (ODS): promover o engajamento dos TCs na fiscalização da priorização pela busca do cumprimento da Agenda 2030 da ONU (ODS) pelos gestores públicos. - Identificação de Boas Práticas/MQB: conhecer e difundir novas metodologias dos TCs, quantificando os benefícios diretos e indiretos da sua atuação para a sociedade. - Programa Nacional de Transparência Pública: aprimoramento dos portais de transparência dos TCs e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, abrangendo União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
IRB	Rede Indicon – IEGM
Comitê Técnico da Educação (CTE/IRB)	- Eixos de atuação: - Cumprimento das Diretrizes decorrentes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 - Não cumprimento da carga horária do ano letivo. - Intersetorialidade para alcançar a atenção integral à criança e ao desenvolvimento dela na primeira infância. - Seminário nacional sobre critérios para distribuição dos recursos do Fundeb referentes à cota municipal do ICMS.
Comitê Técnico da Primeira Infância (CTPI/IRB)	- Publicação de livro “A Primeira Infância e os Tribunais de Contas” - Realização de cinco encontros regionais em 2023
Olacefs/Atricon	Auditoria coordenada sobre violência contra a mulher
Atricon, CTE/IRB, TCE-SP	Fiscalização ordenada em educação: Condições de infraestrutura para oferta educacional
Redes de Controle	Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Apêndice A – Relação completa de propostas apresentadas pelos tribunais de contas

O quadro a seguir lista todas as sugestões recebidas dos tribunais de contas no período de levantamento, realizado no mês de setembro de 2022. A seleção final das ações que compõem o PAT 2023 decorreu do processo decisório descrito nos itens 5 e 6 deste documento.

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Compras Públicas	Capacitação na área temática Licitações (Nova Lei de Licitações)	TCE-SP	Capacitação	Nacional
Compras Públicas	Licitações: BIM (Building Information Model); Capacitar servidores dos TCs quanto à temática, visando lidar com novas tecnologias/metodologias previstas com o uso do BIM nas licitações e contratos de obras e serviços de engenharia.	TCE-RN	Capacitação	Nacional
Compras Públicas	Compartilhamento dos dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com todos os Tribunais de Contas do Brasil. Articulação da Rede Integrar junto ao Ministério da Economia e ao Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro para garantir (através de acordo de cooperação técnica, por exemplo) o acesso integral aos dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) pelos Tribunais de Contas.	TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Consórcios Públicos	Consórcios Públicos; Capacitar servidores dos TCs quanto à temática, visando a melhoria no trato contábil e/ou fiscal dos consórcios públicos, uniformizando a aplicação dos regramentos jurídicos e contábeis existentes;	TCE-RN	Capacitação	Nacional
Desestatização	Desestatização – Capacitação Nacional.	TCE-TO	Capacitação	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Desestatização	Concessões e PPPs (mediante compartilhamento de informações, capacitação e estudos, o que de certa forma já vem ocorrendo entre os TCs de forma mais “informal”, com grupo nacional de whatsapp sobre o tema e de maneira formal, através do Comitê IRB sobre o tema e do Encontro Técnico sobre Concessões e PPPs, abrangência nacional);	TCM-GO	Compartilhamento de Informações	Nacional
Educação	Verificação de infraestrutura escolar por meio de dados e indicadores do censo escolar e da pesquisa SAEB.	TCE-SE	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	compartilhamento de informações, estudo: Ação fiscalizatória (levantamento, auditoria ou outra modalidade) com o fim de avaliar os impactos relativos ao ensino e aprendizagem na educação (nos níveis de ensino do fundamental I e II), com abrangência nacional e previsão de realização no primeiro semestre de 2023.	TCE-RO	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	continuidade da AOP Coordenada Ensino Médio	TCE-PB	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	Continuidade e evolução do projeto de seleção de objetos de auditoria com base em indicadores para políticas públicas multinível na educação, que atualmente está realizando auditoria tendo como tema o Acesso ao Ensino Médio.	TCE-BA	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	Continuidade da iniciativa de compartilhamento de dados dos Precatórios do Fundef. 2023	TCU	Auditoria coordenada	Nacional
Educação	Auditoria com o tema educação infantil das escolas indígenas e quilombolas, com o objetivo de identificar e avaliar os principais fatores que representam problemas, identificando os pontos que podem ser melhorados, respeitando as suas individualidades.	TCE-MS	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	Busca ativa de matrículas do ensino fundamental, em virtude da evasão escolar e efeitos da pandemia.	TCE-SE	Auditoria Coordenada	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Educação	Obras escolares e Primeira Infância (intersectorialidade). Elevado número de obras escolares paralisadas, bem como a persistência dos vários problemas relativos à sua qualidade (estrutura física, equipamentos, materiais pedagógicos etc.). Necessidade de se construir políticas públicas com articulação institucional de troca com a Educação. Descumprimento das metas do PNE e a distância em que se encontra o Estado Brasileiro para atingir o ODS 4, especificamente a meta 4.2 da Agenda 2030 que trata da 'garantia de que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário'.	TCE-TO	Auditoria Coordenada	Nacional
Educação	Monitoramento dos indicadores de implementação das etapas do Novo Ensino Médio (com supedâneo nos possíveis achados da auditoria coordenada realizada), com abrangência nacional e previsão de realização no segundo semestre de 2023.	TCE-RO	Compartilhamento de dados	Nacional
Educação	Continuidade da ação Sistema informatizado de Auditoria de Programas Educacionais (Sinapse)	TCE-BA TCU TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Educação	Transporte escolar: apresentação de boas práticas por Tribunais que utilizem recursos tecnológicos para essa fiscalização.	TCM-BA	Compartilhamento de informações	Nacional
Educação	Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação	TCM-GO	Compartilhamento de informações	Nacional
Educação	Intersetorialidade na perspectiva da integralidade cidadã. Identificar articulações do poder público para a integração de políticas visando potencializar os resultados de educação.	TCE-GO	Levantamento	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Educação	Índice de Qualidade da Educação – ICMS Educação – Descrição: Compartilhar proposta de metodologia de cálculo do ICMS educação desenvolvida pelo TCE/SC. Foi criado um indicador de qualidade educacional para repasse do ICMS municipal fundamentado no texto da Emenda Constitucional nº 108/2020. O inciso II, parágrafo único, do novo art. 158 da Constituição Federal, trata de alterações no financiamento da educação básica pública, por meio do estabelecimento de novos critérios de distribuição da cota municipal do ICMS.	TCE-SC	Compartilhamento de informações	Nacional
Emendas Impositivas	Fiscalização das emendas parlamentares individuais impositivas por parte dos TCs	TCE-RN TCE-TO	Auditoria Coordenada	Nacional
Gestão Administrativa Financeira	Gestão Administrativa e Financeira ao avaliar o desempenho dos Órgãos Centrais de Controle Interno municipais por meio da auditoria operacional (forma de cooperação compartilhamento de informações, abrangência nacional; previsão de compartilhamento dessas informações: imediata e concomitante à sua obtenção);	TCM-GO	Compartilhamento de Informações	Nacional
Gestão fiscal	Verificar o cenário nacional (entes estaduais) no que diz respeito à renúncia de receita e sua efetiva aplicabilidade na execução de políticas públicas, visando a indicação de objetos específicos de auditorias a serem executadas no âmbito dos respectivos Tribunais de Contas para que o controle externo aponte contribuições para o aperfeiçoamento na gestão pública fiscal.	TCE-GO	Levantamento	Nacional
Habitação	Déficit habitacional brasileiro; Verificar a adequação e a efetividade das ações voltadas para o combate do déficit habitacional brasileiro, comparando-se as diretrizes nacionais e estaduais.	TCE-RN	Auditoria Coordenada	Nacional
Habitação	Grupo de estudo para identificar objetos de atuação dos TC em Políticas de habitação popular de interesse social em razão também da complexidade no processo de financiamento e execução.	TCE-BA	Grupo de Estudo	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Imputação de débito	Regramento sobre a prescrição da pretensão de imputação de débito em âmbito nacional. Forma de Cooperação: Estudo – A ideia seria promover uma conscientização generalizada no sistema de controle externo a respeito do tema e as formas de tratar a matéria diferentemente em cada tribunal, a depender da existência ou não de lei específica. Descrição: Promover uma conscientização generalizada no sistema de controle externo a respeito do regramento sobre a prescrição da pretensão de imputação de débito em âmbito nacional e as formas de tratar a matéria diferentemente em cada tribunal, a depender da existência ou não de lei específica.	TCE-RO	Estudo	Nacional
Indicadores	Estruturação do diagnóstico com base em dados, nos moldes propostos pelo Projeto Integrar, para a seleção de trabalhos específicos, além de capacitações e auditorias coordenadas, sempre que possível de abrangência nacional.	TCE-PR	Auditoria Coordenada	Nacional
Informações Estratégicas	Acesso aos dados de Declarações de Imposto de Renda dos Agentes Públicos (DIRPF) para subsidiar análise de evolução patrimonial nos Tribunais de Contas.	TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Informações Estratégicas	Compartilhamento de dados; Acompanhamento das movimentações bancárias dos jurisdicionados em tempo real. Articulação da Rede Integrar junto aos principais bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – para viabilizar o acesso automatizado dos Tribunais de Contas aos dados de extratos bancários dos seus jurisdicionados.	TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Infraestrutura	Área de mineração, sobre segurança de barragens fiscalizar a atuação da ANM voltada ao acompanhamento e à fiscalização da segurança de barragens de rejeitos Regional/Minas Gerais e outros estados que tenham barragens de rejeitos 2023	TCU TCE-PA	Auditoria	Regional
Infraestrutura	Obras paralisadas – auditoria coordenada	TCM-PA	Auditoria Coordenada	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Infraestrutura	Levantamento dos objetos fiscalizados e compartilhamento de papeis de trabalho sobre iluminação pública.	TCE-MG	Compartilhamento de Informações	Nacional
Meio ambiente	Compromisso e conversão de multas ambientais. Avaliação dos procedimentos para conciliação ambiental sobre as atuações expedidas pelos órgãos ambientais bem como a efetividade da conciliação para o meio ambiente.	TCE-GO TCE-AP	Auditoria Coordenada	Nacional
Meio ambiente	Impactos das energias renováveis nos entes públicos; Fiscalização sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais das energias renováveis (solar e eólica) nos municípios produtores;	TCE-RN	Auditoria Coordenada	Nacional
Meio ambiente	Meio ambiente – royalties – auditoria coordenada	TCM-PA	Auditoria Coordenada	Nacional
Meio ambiente	Desmatamento Ilegal e Proteção dos Biomas Cerrado e Amazônia. Fortalecer as parcerias técnicas para dialogar e compartilhar conhecimento técnico, de dados, e informações para colaborar no combate ao desmatamento ilegal, queimadas, exploração madeireira, e outros temas ambientais. Estabelecer como prioridade o desenvolvimento sustentável na Amazônia, alocando recursos e capacitando técnicos para realizar ações de controle externo que contribuam para a sustentabilidade da região. Atender as orientações e metas da Agenda 2030 para garantir a preservação ambiental dos biomas cerrado e amazônia, o combate ao desmatamento, a proteção da fauna e da flora, o uso sustentável das nossas reservas hídricas e o combate às mudanças climáticas;	TCE-TO TCE-AP TCM-PA	Compartilhamento de informações	Regional
Meio ambiente	Ação fiscalizatória (monitoramento) com foco nos eixos abordados durante a auditoria coordenada nas unidades de conservação ambiental (2019), com abrangência regional (estados que participaram da auditoria coordenada) e previsão de realização no primeiro semestre de 2023.	TCE-RO	Monitoramento	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Pessoal	Ação integrada sobre a trilha eletrônica de acumulação ilegal de cargos públicos entre vínculos de estados e/ou municípios diversos – Abrangência: Nacional	TCE-MG	Auditoria Coordenada	Nacional
Pessoal	Adequação constitucional de quadros funcionais dos entes; Fiscalização sobre os excessos de cargos em comissão na administração pública, sem que constate proporcionalidade em relação ao de número de cargos efetivos, além do exercício desses em cargos que não são de direção, chefia ou assessoramento. Ademais, verificação de contratações temporárias que não preenchem os requisitos de excepcionalidade e de interesse público.	TCE-RN	Auditoria Coordenada	Nacional
Pessoal	Área de pessoal, fiscalização contínua de folhas de pagamento compartilhamento de dados Em 2023, a Sefip realizará o 9º ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento. A fiscalização identifica irregularidades a partir da execução de algoritmos que exploram inconsistências como: desrespeito ao teto remuneratório constitucional; acumulação de cargos; auxílios pagos em duplicidade; e pagamentos efetuados a pessoas falecidas. O trabalho prevê a participação articulada e conjunta de órgãos de controle, em especial os Tribunais de Contas dos demais entes da federação. Os órgãos de controle participantes colaboram mediante o envio de bases de dados cadastrais e de folhas de pagamento das organizações públicas sujeitas às suas esferas de atuação. Em contrapartida, o TCU processa esses dados em conjunto com outras bases federais, estaduais e municipais para detectar indícios de irregularidade. Após a realização dos cruzamentos de dados, os indícios de irregularidade são disponibilizados pelo TCU aos órgãos de controle, que possuem autonomia para planejar as ações que julgarem pertinentes para o tratamento dos indícios. Esses órgãos também podem sugerir e contribuir com o desenvolvimento de novas trilhas de auditoria, bem como propor o aperfeiçoamento das existentes. abr/23 a mar/24	TCU	Compartilhamento de dados	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Pessoal	GESTÃO DE DADOS (RAIS e o CAGED); Compartilhamento de bases de dados relativas aos vínculos empregatícios (especialmente a RAIS e o CAGED com a devida atualização)	TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Pessoal	Pessoal SIAP. Descrição: Levar aos parceiros a experiência da implementação do Projeto Siape, que envolve alta complexidade a fim de abranger uma sistematização mais célere e segura para as concessões dos atos de pessoal no âmbito do estado. Forma de cooperação: compartilhamento de dados/experiência de implementação	TCE-GO	Compartilhamento de informações	Nacional
Pessoal	Banco de dados na área de pessoal: Em face do modelo federativo de organização brasileira, os dados relativos à área de pessoal relativos a cada ente federativo encontram-se esparsos ao longo das diversas bases de dados próprias de cada um, o que dificulta a fiscalização de diversas irregularidades nessa área tanto pelos órgãos de controle interno quanto pelos externos. Nesse sentido, a sugestão é de atualização e expansão da base de dados do sistema E-Pessoal do Tribunal de Contas da União, por meio da solidificação dos convênios já existentes e promoção de iniciativas para o seu fortalecimento. Detalhamento: Apesar de já existirem diversos convênios celebrados entre o Tribunal de Contas da União e os diversos tribunais de contas do Brasil, a celebração de um termo nacional por meio da Rede Integrar, no qual os diversos signatários se comprometessem a encaminhar suas bases de dados em períodos definidos (semestralmente, anualmente....), impulsionaria a base de dados já existente para que fosse mantida atualizada. Outra iniciativa interessante é a busca, no âmbito de cada tribunal de contas, das bases de dados relativas às empresas públicas e sociedades de economia mista para serem compartilhadas no âmbito deste sistema, tendo em vista que esses dados costumam estar em bases de dados diferentes.	TCE-GO	Compatilhamento de informações	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Previdência e Assistência Social	PREVIDÊNCIA. Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social; Verificar a sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social, sobretudo os aspectos econômicos e financeiros dos RPPS	TCE-RN	Auditoria Coordenada	Nacional
Previdência e Assistência Social	Capacitações especialmente na nova seara dos Regimes de Previdência Complementar;	TCE-RN	Capacitação	
Previdência e Assistência Social	implementação das novas regras da Previdência. Compartilhar as iniciativas que têm sido desenvolvidas pelos TCs a fim de implementar as novas regras, em especial no que concerne a cursos/congressos/oficinas/materiais, com o objetivo de disseminar conhecimento especializado.	TCE-GO	Capacitação	Nacional
Previdência e Assistência Social	Grupos temáticos nas áreas de Assistência Social e Cultura.	TCE-PE	Grupo Temático	
Previdência e Assistência Social	Seguridade Social (Grupo Temático em Assistência Social e Desenvolvimento Econômico). Identificação de objeto de atuação dos TCs e identificação de lacunas e sobreposições; compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.	TCE-RJ	Grupo Temático	Nacional
Previdência e Assistência Social	Seguridade Social (Grupo Temático em Regimes Próprios de Previdência Social). Articulação com a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência do Governo Federal; Compartilhamentos de dados previdenciários; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.	TCE-RJ	Grupo Temático	Nacional
Previdência e Assistência Social	Seguridade Social (Programas de Transferência de Renda). Compartilhamento de dados sobre programas de transferência de renda, bases de beneficiários, outras bases que subsidiam a verificação da integridade quanto aos beneficiários eleitos; compartilhamento de papéis e métodos de trabalho.	TCE-RJ	Grupo Temático	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Primeira Infância	Ação fiscalizatória (levantamento, auditoria ou outra modalidade) com o fim de avaliar os impactos acerca da efetiva implementação das políticas públicas relativas ao Pacto pela Primeira Infância, com previsão de realização no segundo semestre de 2023.	TCE-RO TCM-PA TCE-PB	Auditoria coordenada	Nacional
Saneamento básico	A aplicação do Novo Marco do Saneamento Básico; Auditoria Coordenada; Nacional; Avaliar as ações de saneamento e a adequação das políticas públicas para com o novo Marco do Saneamento Básico; levantamento dos objetos fiscalizados e compartilhamento de papeis de trabalho; Levantamento das informações relativas às ações desenvolvidas pelos Estados e pela União para melhorar os índices relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, de modo a permitir a elaboração de banco de dados para fins comparativos.	TCE-RN TCE-SE TCE-AM TCE-PB TCE-RN TCE-MG TCE-GO	Auditoria coordenada Compartilhamento de informações	Nacional
Saúde	Auditoria no Sistema de Regulação Estadual e Municipal de forma a integrar os sistemas e possibilitar a unificação das demandas.	TCE-MT	Auditoria Coordenada	Nacional
Saúde	Regulação Assistencial no SUS. Processo de gerenciamento das vagas para exames, consultas e cirurgias eletivas apresenta um cenário preocupante, com reiteradas notícias na imprensa informando sobre as dificuldades enfrentadas pelos usuários no acesso aos serviços oferecidos pelo SUS, como filas longas, tempo excessivo para realização de cirurgias e aumento de demandas judiciais para acesso aos serviços.	TCE-TO	Auditoria Coordenada	Nacional
Saúde	Taxa de vacinação infantil em virtude da observação da diminuição dos últimos anos.	TCE-SE	Auditoria Coordenada	Nacional
Saúde	Continuidade AOP decorrente do Projeto Eficiência Hospitalar.	TCE-PB TCE-BA TCM-PA TCU TCE-RN	Auditoria paralela	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Saúde	Eficiência na saúde: capacitação mais abrangente sobre aspectos da eficiência na saúde.	TCM-BA	Capacitação	Nacional
Saúde	Contratação de cooperativas de saúde e terceirizações: por meio do compartilhamento de bases de dados para permitir a verificação da atuação das empresas.	TCM-BA	Compartilhamento de dados	Nacional
Saúde	Em relação à Saúde sugere-se o aperfeiçoamento do Sistema Sinapse no desenvolvimento de um sistema informatizado de Auditorias de Programas de Saúde, ou seja, voltado à política de saúde para serem disponibilizados a todos os TC que quiserem participar. Criar um Sinapse Saúde. Sugere-se a princípio sejam listadas as trilhas mais relevantes da Saúde que possam ser desenvolvidas inicialmente pelo Sinapse. E propor gradualmente o incremento de trilhas relevantes (Ex: criar um PAT bienal do Sinapse Saúde com cronograma das ações a serem desenvolvidas);	TCE-MT	Compartilhamento de dados	Nacional
Saúde	Seguridade Social (Transferência de Gestão da Saúde. Forma de cooperação): Articulação com o Comitê Técnico de Saúde do IRB; Compartilhamentos de dados relativos a contratos de gestão e OSS; Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações.	TCE-RJ	Grupo Temático	Nacional
Segurança Pública	Área da Segurança: dar seguimento à auditoria planejada em 2022 e não realizada (foi suspensa por decisão do TCU);	TCE-MT	Auditoria coordenada	Nacional
Segurança Pública	Compartilhamento de informações, capacitação ou estudo nos temas relacionados ao Sistema Penitenciário, principalmente no que tange à forma de financiamento, disponibilidade de vagas no sistema fechado e semiaberto, sistemas alternativos que visem à redução da superlotação carcerária e sistemas de ressocialização do egresso.	TCE-RJ	Capacitação	Nacional

TEMA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA RECEBIDA NO LEVANTAMENTO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TC PROPONENTE	TIPO DE TRABALHO	ABRANGÊNCIA
Tecnologia da Informação	Padrão mínimo de qualidade do SIAFIC. Fiscalizar a observância do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020	TCE-RN	Auditoria coordenada	Nacional
Tecnologia da Informação	Capacitar e apoiar os TCs para avaliarem transformação digital e segurança da informação em suas esferas de atuação.	TCE-RJ	Capacitação	Nacional
Tecnologia da Informação	Capacitação aos TCs para avaliarem transformação digital em suas esferas de atuação. Apoio à atuação dos TCs, na forma de consultoria, com orientações e compartilhamento de metodologias, boas práticas e lições aprendidas	TCU	Capacitação	Nacional
Tecnologia da Informação	Disponibilização da base de dados do Módulo EMENDAS INDIVIDUAIS do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal	TCE-RN	Compartilhamento de dados	Nacional
Tecnologia da Informação	Elaboração de tipologias em inteligência para o controle externo	TCE-AM	Estudo	Nacional

Responsabilidade pelo conteúdo

Comitê Técnico da Rede Integrar

Projeto gráfico, diagramação e capa

Secretaria de Comunicação (Secom)
Serviço de Criação e Editoração (Secrid)

Tribunal de Contas da União

SAFS Quadra 4 Lote 1
Edifício Sede
70.042-900, Brasília – DF
(61) 3527-7222

Ouvidoria do TCU

0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Senge/Segedam



www.tcu.gov.br